

Contribuição da
AGROPECUÁRIA BRASILEIRA
na construção de uma
sociedade sem fome e
sem miséria e de uma
economia sustentável



RIO+20
Conferência das
Nações Unidas
sobre
Desenvolvimento
Sustentável

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

COMPROMISSO COM A HUMANIDADE

A massificação dos meios de comunicação e de informação fazem nosso mundo ser cada vez mais um ente coletivo, onde os valores intangíveis, como ética, solidariedade, amor são cada vez mais predominantes. A humanidade cultua a interação entre as pessoas, e das pessoas com o meio ambiente.

A agricultura e pecuária estão intrinsecamente ligadas à vida. A comida que chega às mesas de bilhões de pessoas no mundo e as *commodities* que fazem a economia global girar, são resultantes da dedicação dos produtores rurais – pequenos ou não – que constroem essa riqueza com as próprias mãos. Não se faz agricultura sem água. Não há pecuária sem pesquisa. Não há produção sem preservação. A agricultura e pecuária emprestam cores e sabores à vida.

O Brasil, sob a liderança da presidenta Dilma Rousseff, tem muito claro o seu papel na ordem econômica mundial. Saímos da posição de coadjuvantes para protagonizarmos ações efetivas que resultam no equilíbrio entre a demanda e a oferta de alimentos, no alívio da fome e na geração de renda. O uso eficiente dos meios de produção, preservando os recursos naturais, com a importante participação das cooperativas têm se mostrado peça-chave no balizamento de uma sociedade mais justa, qualificada e inclusiva.

O agronegócio brasileiro tem respondido aos desafios de uma população urbana crescente, ofertando alimentos mais baratos e acessíveis, que contribuem para a redução de pressões inflacionárias, tornando-se um dos fatores que proporcionou a mobilidade de classes sociais observada na última década.

Nos últimos 50 anos, a produção de grãos cresceu 290% e o rebanho de gado, 250%, com o acréscimo de área de apenas 39%. Somos líderes na produção de alimentos, mas também somos líderes em áreas de preservação ambiental. Isso é possível porque estamos na dianteira da tecnologia de produção em áreas tropicais.

O governo Dilma Rousseff executa um plano de trabalho onde fome e miséria se combatem com saúde, educação, trabalho e renda. Com isso, é possível tirar milhões de pessoas das margens da miséria e ainda fazer a economia crescer; o país se desenvolver e colaboramos para o futuro do mundo.

Temos a compreensão de que para se construir uma economia sustentável é essencial incorporar essa cultura em todas as etapas das cadeias produtivas da atividade agropecuária e florestal e estamos fazendo todos os esforços para tal. O trabalho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se concentra em tornar essa amálgama ainda mais indissociável.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa coordena o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC, que promoverá a redução da emissão de gases de efeito estufa na próxima década, na ordem de 125 a 156 milhões de toneladas de CO2 equivalentes. Suas ações visam fomentar processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam a emissão de gases de efeito estufa no campo, por meio de técnicas de plantio direto na palha, recuperação de áreas degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, plantio de florestas comerciais, fixação biológica de nitrogênio, tratamento de resíduos animais e sistemas de produção orgânica.

Outros exemplos da contribuição do Mapa para a sustentabilidade econômica, social e ambiental são a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

O governo federal instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, voltado para a valorização da produção e da cultura alimentar local, com incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos, resgate, conservação da biodiversidade e das sementes crioulas. Até 2011, foram beneficiados 2.994 municípios brasileiros dentre os 5.565 municípios existentes no País.

Este crescimento, essencial para a redução da fome no mundo, só se justifica se estiver em consonância com ganhos de produtividade decorrentes do uso de boas práticas de produção e gestão. O aumento da produção agropecuária brasileira ocorrerá sob a garantia da conservação ambiental, contenção do desmatamento e manejo sustentável dos recursos naturais – água, solo e florestas.

O Brasil construiu um consenso maduro e democrático sobre ideias e marcos legais envolvendo meio ambiente e produção rural. A realização da Rio + 20 coroa esse processo, ao mesmo tempo que representa um passo decisivo para o futuro do Planeta.

Uma ótima conferência a todos.

Brasília, junho de 2012

Mendes Ribeiro Filho

Ministro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento



Contribuição da
AGROPECUÁRIA BRASILEIRA
na construção de uma
sociedade sem fome e
sem miséria e de uma
economia sustentável

I. INTRODUÇÃO

1. A população mundial atingiu 7 bilhões de habitantes em 2011, e as projeções apontam que a humanidade atingirá 9 bilhões de pessoas em 2050 (dados das Nações Unidas).
2. Para atender à população do planeta em 2050, a produção de alimentos no mundo terá que sair dos atuais 2,1 bilhões para 3 bilhões de toneladas de cereais, e avançar dos atuais pouco mais de 200 milhões para 470 milhões de toneladas de carne (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO - 2010).
3. Segundo a ONU, 925 milhões de pessoas passam fome hoje e necessitam, não somente ter acesso a alimentos, mas a uma alimentação nutritiva, dentro dos padrões mínimos recomendados pela Organização Mundial de Saúde.
4. O grande desafio do setor agrícola e pecuário mundial é alimentar essa crescente população considerando, ao mesmo tempo, a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Bem como a recuperação da degradação ambiental.
5. O Brasil ocupa posição de destaque entre os países que podem contribuir para a superação de tal desafio, podendo participar ainda mais expressivamente no aumento da oferta global de alimentos e na redução da instabilidade dos preços agrícolas no mercado mundial. Isso devido à disponibilidade de terra agricultável e uma agricultura moderna e dinâmica, com elevada capacidade produtiva e capacidade de aumento dos crescentes ganhos de produtividade que vem apresentando a cada ano.
6. Há indicações de que biomassa e biorrefinarias desempenharão papel cada vez mais importante em resposta às alterações climáticas, atendendo às demandas globais por energia sustentável, produtos químicos e novos materiais de base biológica. A emergente cadeia de valor em torno da biomassa tem criado significativas oportunidades para novos negócios e um novo paradigma tecnológico e industrial baseado em baixo carbono.
7. O crescimento da economia de base biológica poderá gerar múltiplas oportunidades de crescimento econômico e de geração de novos empregos, inclusive nas áreas rurais. Estima-se que a cadeia de valor a ser criada em torno da biomassa poderá gerar, até 2030, um potencial de receitas de US\$ 15 bilhões para insumos agrícolas, US\$ 89 bilhões para a produção de biomassa, US\$ 30 bilhões para o comércio de biomassa, US\$ 10 bilhões para biorrefino de múltiplos produtos industriais, US\$ 80 bilhões para biorrefino de combustíveis, US\$ 6 bilhões para produção de bioplásticos e polímeros e US\$ 65 bilhões em energia para aquecimento, conforme indica o relatório "The Future of Industrial Biorefineries" publicado em 29 de junho de 2010 pelo "World Economic Forum".

8. O relatório também aponta a necessidade de avanços significativos no desenvolvimento e implantação de múltiplas tecnologias de base biológica, o desenvolvimento de infraestrutura, altos custos de capital e limitações de áreas para produção de biomassa em larga escala.
9. O Brasil possui imensa base de recursos naturais e plenas possibilidades de se tornar o grande produtor de biomassa para fins bioindustriais, em bases sustentáveis. É preciso que o País amplie os investimentos em inovações para desenvolvimento de tecnologias de base biológica aplicáveis a biorrefino de biomassa, em articulação com os melhores centros de pesquisa no mundo.
10. Outra área importante de pesquisa e investimentos será a identificação de alternativas ou substitutos eficientes para os fertilizantes químicos e agroquímicos derivados do petróleo. As áreas de pesquisa em nutrição de plantas e manejo de solos tropicais tenderão a ganhar novamente importância.
11. O desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias e insumos apropriados à realidade dos trópicos é crucial para o aumento da produtividade e rentabilidade da agricultura, em especial frente aos custos crescentes e a limitação de reservas, como é o caso do fósforo.

II. A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

PASSADO E PRESENTE

1. A agricultura brasileira é composta por diversificados segmentos, que vivem em diferentes realidades: pequenas, médias e grandes propriedades, diversos biomas, povos e comunidades tradicionais e migrantes de outras localidades, produtores menos ou mais tecnificados, regiões com pior ou melhor logística.
2. Os produtores brasileiros têm de conviver com dificuldades, como relevo diversificado, solos ácidos, altas temperaturas; estações secas e úmidas afetadas por fenômenos climáticos cíclicos (*El Niño* e *La Niña*).
3. Até a década de 1970, o Brasil ainda dependia da importação de alguns alimentos básicos. Nos anos seguintes, os investimentos na formação e capacitação humana em vários campos do conhecimento, principalmente em pesquisa e inovação tecnológica, fizeram o país autosuficiente, nada obstante o crescimento forte da população.
4. De 1970 para 2011, a produtividade média das lavouras de grãos passou de 783 kg para 3.173 kg/hectare, um salto de 774%.
5. A produção de alimentos quase triplicou nos últimos 20 anos, atingindo 162,9 milhões de toneladas na safra 2010/2011, o que situa o Brasil entre os principais produtores e exportadores agrícolas mundiais, conforme o quadro a seguir:

PRINCIPAIS PRODUTOS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO	NÚMERO DE PAÍSES	TOTAL EXPORTADO US\$ BILHÕES
Açúcar	1º	1º	113	6.2
Café	1º	1º	134	3.4
Suco de Laranja	1º	1º	82	1.5
Soja	2º	1º	74	9.3
Carne Bovina	2º	1º	144	3.9
Fumo	2º	1º	114	1.7
Álcool	2º	1º	40	1.6
Frango	3º	1º	145	3.2
Milho	3º	4º	34	0.5
Suínos	4º	4º	72	1.0

Fonte: Mapa/AGE

6. Esses avanços na produção agropecuária brasileira têm levado em consideração a legislação ambiental brasileira, que criou a obrigatoriedade de Áreas de Preservação Permanente – APP e de Reservas Legais dentro de propriedades privadas, além de outras modalidades de áreas de proteção, como as Unidades de Conservação em áreas públicas e privadas.
7. Dos cerca de 8 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro, 10% são áreas urbanas, cerca de 60% são florestas e menos de 30% são áreas de produção rural.
8. Com ganhos em eficiência produtiva, a agricultura brasileira respondeu às demandas de uma população urbana crescente, ofertando alimentos relativamente mais baratos e acessíveis, que contribuíram para a redução de pressões inflacionárias, e, com isso, a mobilidade, para melhor, nas classes sociais, observada na última década.
9. Adicionalmente, a diversificação e intensificação das exportações agrícolas ao longo das últimas décadas geraram superávits na balança comercial e ampliaram a capacidade de investimento e desenvolvimento do país.
10. A agropecuária do Brasil contribui direta e indiretamente para a formação de 26% do Produto Interno Bruto – PIB, e é responsável por 36% das exportações e por cerca de 40 milhões de empregos.
11. Na pecuária, os avanços tecnológicos, especialmente em genética, nutrição, manejo e sanidade, foram o principal determinante para o aumento da produtividade animal. As melhorias obtidas com novas práticas sustentáveis têm convertido muitas áreas da pecuária em agricultura, liberando áreas originalmente de pastagens para a produção de produtos agrícolas, além dos florestais e biocombustíveis. No Sul, muitas áreas de pastagens foram convertidas em lavouras de soja e no Sudeste, em cana-de-açúcar.
12. Os contínuos ganhos de produtividade na pecuária contribuíram significativamente para o aumento da produção (11%) e exportação (18%) brasileira de carnes, no período de 2005 a 2010. Nesse mesmo período, registra-se o aumento da produção (20,8%) e da exportação (30%) de carne de aves, além da exportação de carne de suínos (21%).
13. O Brasil é referência global em combustíveis de fontes renováveis. De acordo com o Balanço Energético Brasileiro de 2011, 45,5% de toda a energia ofertada no País é advinda de fontes renováveis, sendo que somente os produtos da cana-de-açúcar representam 17,8% da matriz energética nacional.
14. A contribuição para a redução na emissão de carbono em decorrência da substituição e mistura de etanol e biodiesel nos combustíveis fósseis auxilia na construção de uma sociedade baseada em matriz energética limpa e renovável. Diversos estudos mostram que, por exemplo, quando comparado com a gasolina, o etanol brasileiro reduz as emissões dos chamados gases de efeito estufa em cerca de 90%.
15. A produção brasileira de etanol não concorre com a produção de alimentos, pois está baseada na cana-de-açúcar, que utiliza apenas 1,7% dos cerca de 260 milhões de hectares atualmente empregados pela agropecuária. O etanol foi capaz de substituir mais da metade do uso de gasolina no país.

16. Além do etanol, a produção de bioeletricidade é uma das atividades da indústria sucroenergética mais significativas e com maior potencial de crescimento no setor.

17. Por meio da queima do bagaço em caldeiras, as mais de 400 usinas de açúcar e etanol existentes no país geram eletricidade para abastecer suas próprias atividades e, dessa forma, são autossuficientes em energia. Em 2010, a partir do bagaço de cana-de-açúcar, foram produzidos em média 1.000 MW de bioeletricidade, o que representa entre 2% e 3% da matriz elétrica brasileira.

III. A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA FUTURO

1. O atendimento da expansão do consumo de alimentos nutritivos requer dedicação na busca de novas tecnologias no campo da biotecnologia e da nanotecnologia, face aos desafios da obsolescência tecnológica e limitações para otimizar a produtividade, mais o controle e a prevenção de pragas e mudanças climáticas. Também é importante salientar que os métodos convencionais e os conhecimentos tradicionais são componentes indissociáveis na busca da sustentabilidade.
2. A orientação da agricultura brasileira para os próximos 20 anos é a de construir sistemas agroalimentares e agroindustriais limpos, com balanço positivo de carbono, que integrem qualitativamente a relação campo-cidade, com cadeias e arranjos produtivos, com ênfase em associativismo, cooperativismo e outras estratégias para ganho de escala, sem pobreza rural, com alimentos seguros e nutritivos para a sociedade.
3. Para tal, o País continuará investindo em soluções tecnológicas, gerenciais e de organização da base social da produção e do consumo que propiciem, ao mesmo tempo, melhor distribuição de benefícios, competitividade e padrões elevados de segurança e qualidade para a produção agropecuária brasileira.
4. O desenvolvimento sustentável passa pelo ordenamento da ocupação dos espaços geográficos, organizados em diferentes biomas, contemplando mosaicos de diferentes ocupações e paisagens: as atividades agrossilvipastoris, as florestas naturais, os recursos hídricos, as cidades e outros componentes.
5. A pecuária brasileira caminhará para maior eficiência na produção, principalmente a bovina. O custo da terra, a necessidade de cumprimento da legislação ambiental e a preocupação com o bem-estar animal, deverão estimular a busca de maior eficiência, técnica e econômica, em áreas já antropizadas, por meio da adoção de sistemas de manejo sustentáveis, tais como a recuperação de pastagens degradadas e a integração lavoura-pecuária ou lavoura-pecuária-floresta.
6. Nesse sentido a Região Centro-Oeste, principal região produtora de grãos, deverá continuar também como principal produtora de animal a pasto, bem como continuará a receber investimentos nos setores de avicultura e suinocultura, pela proximidade da produção de milho, principal ingrediente da ração para estes animais.
7. Os resultantes aumentos de produtividade e as disponibilidades de recursos naturais e clima favorável, aliados aos estímulos oficiais e de mercado deverão assegurar o aumento da produção e das exportações de carnes, sem a necessidade de abertura de novas áreas ocupadas com florestas primárias.

8. O melhor aproveitamento da fixação biológica de nitrogênio e a utilização de técnicas como o plantio direto na palha, e a integração lavoura-pecuária-floresta e os sistemas orgânicos de produção serão objeto de intensas pesquisas para melhorar ainda mais sua eficiência produtiva, objetivando maior renda aos produtores, conservação e melhor uso dos recursos naturais, fixação de carbono e minimização dos efeitos do aquecimento global.
9. Os agricultores brasileiros precisarão de condições para se adaptar às novas alternativas de mecanização, automação e tecnologias de precisão, que os ajudarão a enfrentar os desafios associados às mudanças climáticas globais; aos elevados custos de insumos, às pressões para redução de desperdícios e à produção com sustentabilidade, qualidade e eficiência.
10. A produção agropecuária do Brasil deverá estar em sintonia com uma visão moderna e sustentável de expansão da capacidade produtiva do País. A gestão agroclimática de culturas deverá se apropriar dos avanços científicos e técnicos, com a adoção de novos recursos e produtos de previsão climática nos processos de zoneamento.
11. A evolução de modelos de previsão climática, o maior conhecimento de eventos climáticos globais como *El Niño* e *La Niña* e as variações climáticas naturais são importantes aspectos a serem considerados no gerenciamento de riscos da agricultura no País, de forma a dar maior sustentabilidade e racionalidade ao sistema.
12. Os zoneamentos de aptidão agroclimática e de solo, aliados à produtividade econômica esperada, são instrumentos de apoio ao processo decisório do produtor que, evidentemente, deverá levar em conta a disponibilidade de soluções inovadoras de tecnologias.
13. Estimativas indicam que, em 2020, a participação da bioeletricidade gerada a partir do bagaço de cana-de-açúcar chegará a 18% da matriz elétrica brasileira, reduzindo a necessidade da utilização de usinas térmicas movidas à energia fóssil. O potencial para novos usos (substituição de outros combustíveis fósseis e aumento das exportações) pode aumentar consideravelmente essa participação.

IV. A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

1. Do ponto de vista econômico, os desafios do setor rural brasileiro consistem na superação de deficiências de infraestrutura, definição de marco legal ambiental para garantir segurança jurídica à produção, integração da produção de pequenos, médios e grandes produtores aos principais canais de comercialização, valorização da produção sustentável e melhoria constante da qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores, tanto nacionais como de outros países.
2. Outros desafios são as barreiras externas e as limitações internas à expansão da produção e das exportações agropecuárias. A permanência de elevadas barreiras protecionistas ao comércio internacional de produtos agropecuários, principalmente nos países desenvolvidos, continuarão gerando efeitos negativos sobre a produção e o comércio do Brasil e demais países em desenvolvimento, especialmente em relação à segurança alimentar mundial.
3. A política agrícola brasileira tem avançado na modernização e fortalecimento de seus instrumentos, tendo como foco principal as áreas de crédito rural, tributária, de apoio à comercialização (incluindo a garantia de preço e renda para produtos da biodiversidade), de manejo de riscos (seguro rural e zoneamento agroclimático), de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, de assistência técnica e extensão rural, de armazenagem, de abastecimento de alimentos, dentre outros instrumentos.
4. O governo federal tem alocado volumes crescentes de recursos no apoio à produção e à comercialização de alimentos, a investimentos para incorporação de tecnologias e ao atendimento às pessoas em situação de insegurança alimentar: R\$ 2,2 bilhões no período 2003-2011.
5. Como parte de suas diretrizes sociais, o governo instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, voltado para a valorização da produção e da cultura alimentar local, com incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos, resgate, conservação da biodiversidade e das sementes crioulas. A comercialização envolve uma diversidade significativa de alimentos, tendo atingido até o momento 320 itens, dentre os quais 91 produtos orgânicos. Até 2011, foram beneficiados 2.994 municípios brasileiros, dentre os 5.565 municípios existentes no País.
6. Um exemplo de ação estratégica para sustentabilidade econômica, social e ambiental executada pelo governo é a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio. A riqueza biológica brasileira está associada a uma diversidade sociocultural detentora de conhecimentos tradicionais que contribuem para a gestão e uso sustentável da biodiversidade. Os seguintes produtos são amparados por

essa política: açaí, babaçu, baru, borracha natural, castanha-do-brasil, cera de carnaúba, mangaba, piaçava, pequi e umbu.

7. Um avanço importante no fortalecimento da agricultura orgânica foi a instituição do marco legal que dispõe sobre a produção orgânica e cria os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica.

8. Desde 2003, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com diversos parceiros governamentais e não governamentais, vem trabalhando no fomento da rede de produção orgânica, em sua regulamentação e na construção e implementação de políticas para a expansão do mercado de orgânicos, contribuindo para o desenvolvimento rural em bases agroecológicas.

9. Atualmente, para a intensificação e articulação de políticas públicas em consonância com demandas e iniciativas da sociedade civil, está construindo o governo federal, uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

10. Como parte do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, foi criado o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC, em consonância com o compromisso brasileiro assumido na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

11. As metas brasileiras de redução da emissão de gases de efeito estufa, na próxima década, são na ordem de 125 a 156 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

12. O Plano ABC busca fomentar processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem a emissão de gases de efeito estufa no campo. São incentivadas ações de plantio direto na palha, recuperação de áreas degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, plantio de florestas comerciais, fixação biológica de nitrogênio, tratamento de resíduos animais e sistemas de produção orgânica.

13. O necessário aumento da produção agropecuária brasileira deve ocorrer sob a garantia da conservação ambiental, redução do desmatamento, e manejo sustentável dos recursos naturais – água, solo e florestas.

14. Para tanto, o incremento da produtividade e a utilização de áreas degradadas, devem ser adequados às especificidades locais, com avanços nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, apoio à agroindustrialização, comercialização, educação, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura e logística.

15. A dinâmica de uso da terra mostra que agricultura brasileira irá se expandir basicamente por meio da adoção de inovações tecnológicas e boas práticas agropecuárias.

16. Nesse sentido, a implementação das ações previstas no Plano ABC, associadas ao uso de produtos adaptados às condições regionais, sementes de alta produtividade, oriundas do melhoramento convencional ou de biotecnologia, assim como emprego correto de agroquímicos, entre outros insumos constituem elementos centrais para o futuro da agricultura brasileira.

17. Além disso, a diversificação da produção com a estruturação de novas cadeias e o uso racional de toda rica biodiversidade, o uso racional da água, a conservação de vegetação

nativa nas propriedades rurais e a discussão sobre pagamento por serviços ambientais são temas da agenda da agricultura que compõem passos em direção ao desenvolvimento sustentável.

18. O Brasil avançará em implementação de políticas públicas e estratégias inovadoras de apoio ao sistema de ordenamento territorial, zoneamento, planejamento e gestão do uso sustentável da sua rica base de recursos naturais.

19. As instituições de fomento, pesquisa e extensão rural atuarão de forma concertada para o desenvolvimento de soluções que viabilizem a elevação do desempenho e a inserção econômica dos pequenos agricultores, respeitando as diversidades regionais e culturais que marcam o nosso país continental.

20. É prioridade enfrentar o desafio de melhorar as condições de infraestrutura, logística, assistência técnica e extensão rural, expandindo, para tanto, os investimentos públicos e ampliando a parceria com o setor privado. Esses avanços são essenciais para desenvolver o setor agropecuário.

21. O Brasil destaca-se como principal agente na agropecuária tropical verde. Pretende recuperar áreas degradadas e reconvertê-las ao ciclo produtivo sustentável, gerando impactos positivos ao proteger a qualidade de solo e da água, ao reciclar e ao alcançar um balanço positivo de carbono, gerando inclusão produtiva e erradicação da pobreza.

22. Com esses objetivos:

- a.** Buscará expandir as fronteiras do conhecimento e da pesquisa, ampliar os investimentos de forma integrada em educação, ciência, tecnologia e inovação, assistência técnica e extensão rural;
- b.** Dará prosseguimento a ações em curso, como o Plano Brasileiro de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, os programas e ações ligados à agroecologia e à produção orgânica, às Boas Práticas Agropecuárias e ao Bem-Estar Animal.

V. CONCLUSÕES

1. Incorporar a cultura da sustentabilidade, nas dimensões social, ambiental e econômica, é fundamental em todos os elos das cadeias produtivas da atividade agropecuária (incluindo o setor florestal), criando bases para gerar processos, produtos e empregos.
2. Sintonizada com os conceitos de uma economia sustentável, a agropecuária deve incorporar novas práticas, operando por processos integrados em cadeias cada vez mais complexas e dinâmicas.
3. Isso pressupõe uma nova lógica e dinâmica de cadeias produtivas, indo além dos padrões atuais e identificando novos mercados para produtos e processos eficientes, que agreguem também valores culturais aos produtos nutritivos e nutracêuticos.
4. Apesar das diferenças estruturais entre diversos segmentos de agricultores, cada produtor rural - pequeno, médio ou grande - deve incorporar capacidade organizacional e gerencial, buscando conexões com os mercados e com as necessidades da sociedade.
5. A criatividade será um pressuposto vital na inovação e geração de tecnologias verdes, na busca por padrões de gestão e certificação, no fortalecimento e melhoria contínua da educação, com especial atenção para as áreas rurais, na construção de culturas e sociedades mais sustentáveis.
6. É indicado dar ênfase ao processo de conservação da biodiversidade com tecnologias integradas às peculiaridades e sensibilidades ecossistêmicas de cada bioma, com sistemas diversificados de produção, mantendo-se germoplasma *in situ* e *ex-situ*.
7. O fortalecimento da extensão rural e o incentivo ao cooperativismo são peças-chave no balizamento de uma sociedade rural mais justa, qualificada e integrada ao processo produtivo verde.
8. É preciso reduzir as distâncias entre cidades e zonas rurais e entre cidades bem urbanizadas e cidades enfraquecidas sócioeconomicamente e em infraestrutura. Incentivar a agroindustrialização nos municípios do interior do País com menor Índice de Desenvolvimento Humano, propiciará a agregação de valor à produção primária e a construção de arranjos produtivos locais, e mitigar a migração populacional historicamente negativa, preservando as características locais.
9. Investimentos em infraestrutura rural serão necessários e as diversas instâncias oficiais deverão orquestrar iniciativas no planejamento e na execução de projetos integrados nesse sentido, incluindo a adoção do princípio da territorialidade macro, meso e microrregional.

10. Para promover a sustentabilidade do desenvolvimento agropecuário e otimizar o aproveitamento das potencialidades do setor rural, as políticas públicas devem atender simultaneamente, entre outros, os objetivos de aumento da produção e renda rural desses segmentos produtivos, redução das desigualdades regionais, sociais e econômicas e a conservação do meio ambiente.

11. Para viabilizar o desenvolvimento sustentável, inclusive com a erradicação da pobreza, é necessário que os governos e os organismos internacionais reconheçam que:

- a. O fortalecimento do associativismo e cooperativismo contribui para a repartição equitativa dos benefícios da atividade econômica, propiciando benefícios sociais para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.
- b. Os países devem ser livres para escolher os mecanismos e indicadores de sustentabilidade correspondentes às suas necessidades ambientais, econômicas e sociais singulares, obedecidos os princípios acordados em foros globais.
- c. Precisam ser implementados os compromissos internacionais de financiamento global do desenvolvimento sustentável, incluindo a geração e transferência de tecnologia.
- d. Deve-se revigorar os esforços para a conclusão da Rodada de Doha, com a melhoria das disciplinas do Acordo Agrícola e a redução das práticas distorcidas ao comércio, visando limitar os efeitos negativos das políticas comerciais sobre a volatilidade dos preços agrícolas e estimular a produção nos países em desenvolvimento.
- e. A universalização da segurança alimentar deve contemplar o acesso à terra, aos recursos genéticos, à tecnologia, aos meios de produção socialmente inclusivos e à geração e distribuição de alimentos seguros.
- f. As políticas de produção agrícola devem estar sintonizadas com a adaptação às mudanças climáticas e redução da emissão de gases de efeito estufa.
- g. É conveniente a criação de um ambiente favorável ao aumento dos investimentos públicos e privados na agropecuária, com melhoria na qualidade e transparência das informações sobre os mercados, evitando distorções no seu funcionamento, estimulando a oferta global de alimentos seguros, fibras, biocombustíveis e rações.

8. O associativismo e o cooperativismo são importantes mecanismos organizacionais da base produtiva, representando uma base fundamental para a sustentabilidade social, econômica e ambiental do sistema produtivo, tendo fortalecido muitos segmentos produtivos do país. Cabe destacar que 2012 é o Ano Internacional das Cooperativas, conforme declarado pela ONU: “cooperativas para um mundo melhor”.

Brasília, junho de 2012

**Ministério da
Agricultura Pecuária
e Abastecimento**



Ministério da
Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

